

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Forte, C.M.J (claudiaforte@aeffbrasil.org.br)
Rocha, F.S. (fernanda.rocha@aeffbrasil.org.br)

Resumo

O artigo apresenta os resultados da Avaliação de Impacto realizada no Programa de Educação Financeira para Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), envolvendo 3.860 mulheres em 49 municípios do Brasil durante 3 anos. Este Programa tem por objetivo promover o aumento do letramento financeiro e mudanças de hábitos e comportamentos, de forma a desenvolver competências e habilidades que auxiliem a gestão do orçamento familiar com eficiência. A metodologia utilizada foi a de vivência experimental e possibilitou a convivência com as beneficiárias em suas casas, buscando compreender as realidades e as necessidades locais. Alguns resultados apontados pela Avaliação de Impacto identificaram 9,52% na melhora do planejamento financeiro, aumento de 73% no ganho de conhecimento sobre o planejamento financeiro, além do aumento de 39% na capacidade de poupar, dentre outros. A mudança no comportamento por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, bem como o conhecimento adquirido, demonstraram que as tomadas de decisão passam a ser mais conscientes, promovendo a autonomia e melhor significativa na qualidade de vida da família e do entorno familiar.

Palavras-chave: Mulheres. Programa Bolsa Família. Educação Financeira. Transferência de renda. Autonomia. Comportamento. Tomada de decisão.

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo mostrar a relação entre educação financeira e o comportamento dos indivíduos – mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Na primeira parte é apresentado sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seus 17 objetivos. Sendo uma das dimensões abordadas a social contextualizamos o Brasil e o PBF e uma fazemos uma breve comparação entre os programas de transferência de renda existentes em outros países. Em seguida é apresentado a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Por conseguinte, os objetivos geral e específicos do Programa de Educação Financeira para Adultos, a metodologia utilizada em campo e as tecnologias sociais desenvolvidas. Logo após, a metodologia utilizada em campo e na avaliação de impacto do Programa e, por fim, os resultados obtidos.

2 Referencial Teórico

Em 2000, durante o encontro das Nações Unidas, 191 países firmaram o compromisso de combater a pobreza e outros problemas sociais no mundo, resultando na elaboração da Declaração do Milênio da ONU¹. A Declaração abriu portas para o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), um esforço internacional para alcançar desenvolvimento em: igualdade social e racial, meio ambiente e direitos humanos e das mulheres. Divididos em 8 objetivos a serem alcançados até 2015, com 21 metas e 60 indicadores os temas são: Acabar com a fome a miséria; Educação básica de qualidade para todos; Igualdade entre sexos e valorização da mulher; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar

¹ Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/odm/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: 25/09/2017

a saúde das gestantes; Combater a AIDS, a malária e outras doenças; Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo o balanço lançado pela ONU em 2015 sobre os ODM's, os esforços para alcançar os oito objetivos foram bem-sucedidos, apesar das falhas e dificuldades. Os dados apresentados no Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2015² apontam que até mesmo os países mais pobres fizeram progressos, resultado da congruência de estratégias sólidas, com intervenções específicas, vontade política e recursos adequados.

Em setembro de 2015, a partir dos ODM's surgiram diálogos e negociações que, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, resultaram na adoção de uma nova agenda mundial de metas e objetivos a serem atingidos até 2030, são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Acordados entre os 193 países-membros da ONU, os 17 objetivos e as 169 metas preveem ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, agricultura, segurança alimentar, educação, saúde, igualdade de gênero, energia, água e saneamento, redução das desigualdades, padrões sustentáveis de produção e de consumo, entre outros.

Os temas dos ODS podem ser categorizados em quatro dimensões: a **social**, de questões relacionadas às necessidades humanas, como educação, justiça e saúde; **econômica**, pensando em situações de esgotamento dos recursos naturais, de consumo de energia e produção de resíduos; **ambiental**, sobre conservação e preservação do meio ambiente, pensando nas florestas, oceanos e em mudanças climáticas; e **institucional**, tratando das possibilidades de implementação dos ODS.

Os países-membros da ONU se responsabilizaram pela implementação dos objetivos sem obrigatoriedade jurídica, no entanto, assumem o estabelecimento de marcos nacionais para o atingimento das metas. Neste sentido, cabe a eles, através de coleta de dados, realizar o acompanhamento e a revisão dos progressos nesta implementação.

Muito além das questões apresentadas, "*Os ODS são parte de um contexto maior – a Agenda 2030 – e representam uma síntese dos desafios criados pelos excepcionais crescimento econômico, avanço tecnológico e aumento populacional ocorridos no século XX*", conforme citado no *paper position* elaborado pelo Instituto Ethos e GVces- Centro de Estudos em Sustentabilidade em 2016 sobre a empresas e os ODS.

O Brasil é um país que não é pobre, no entanto, enfrenta muita desigualdade social que faz com que haja a exclusão de parte significativa da população ao acesso às condições mínimas de desigualdade e cidadania (BARROS, HENRIQUES & MENDONÇA, 2000).

Em frente a esta realidade foi criado o Bolsa Família que é um "programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil (MDS, 2015). Criado em outubro de 2003 possui três eixos que são principais, segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social (2015):

1. **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.
2. **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

² Disponível em: <https://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/English2015.pdf>
Acesso em: 25/09/2017

3. **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

O Programa Bolsa Família, previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas, desde 2011, faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, concedendo o efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo (MDS, 2015).

De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social (2015), o Programa ainda conta com uma gestão descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Se analisado em nível federal, verificamos que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos e é dinâmico, isto é, todos os meses, há famílias que entram e outras que saem do programa.

Para adquirir os benefícios do Programa Bolsa Família - que contemplam Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos (sendo que é exigida a frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade), Benefício Variável Vinculado à Gestante e Benefício Variável Vinculado à Nutriz (pessoas que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe) – é necessário que a pessoa se cadastre no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo que as famílias interessadas devem ir ao setor do Bolsa Família e do Cadastro Único em sua cidade e, em muitos locais, o cadastramento também pode ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). (MDS, 2015).

Forte (2006, p.46), observa que

não obstante ao processo de desenvolvimento pelo qual passa a América Latina, rígidos papéis que relegam a mulher à esfera reprodutiva ainda prevalecem em algumas partes da América Latina. Estes papéis tradicionais levam à desigualdades e ao uso ineficiente de recursos pelas famílias na sua luta contra a miséria e em direção ao desenvolvimento socioeconômico. Questões chaves relacionadas ao gênero ainda pendentes na agenda de muitos países, incluem além de temas clássicos como a violência contra a mulher, a incorporação eficaz da mulher na economia e no que tange ao acesso ao crédito.

Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social (2015), a concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no município, sendo comparado com à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade. Além disso, o governo federal precisa respeitar o limite orçamentário do programa.

Para manter o foco nas famílias que vivem em condição de pobreza e de extrema pobreza, o Programa Bolsa Família possui mecanismos periódicos de controle fazendo com que famílias sejam retiradas do programa, sendo os motivos principais a não atualização das informações cadastrais ou a melhora de renda, ocasionando a não adequação do perfil para o recebimento do benefício. Outros motivos que levam a perda do benefício é o descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde, sendo este em último caso, porque o objetivo das condicionalidades é reforçar o acesso das famílias mais pobres a direitos sociais ou a saída voluntária do Programa por parte da família, porém para que isso ocorra é necessário que ela vá ao setor do Bolsa e do Cadastro Único no município e solicite o desligamento voluntário (MDS, 2015).

O Ministério do Desenvolvimento Social informou que, atualmente, são 12,7 milhões de famílias que recebem o benefício do programa, sendo 90% das pessoas inscritas mulheres.

Mães solteiras e chefes de família contabilizam 42% das beneficiadas. Do total de beneficiárias inscritas, 30% possuem o Ensino Fundamental completo e tem grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, possuindo fontes de renda muito variáveis.

Segundo Fiszbein e Schady (2009), há 10 países que possuem algum programa de transferência condicional de renda que envolve saúde e educação, a saber: Brasil (Bolsa Família), México (Oportunidades), Equador (*Bono de Desarrollo Humano*), Colômbia (*Familias en Acción*), Jamaica (*Program of Advancement through Health and Education*), Chile (*Chile Solidario*), Turquia (*Social Risk Mitigation Project*), Honduras (*Programa de Asignación Familiar*), Quênia (*Cash Transfer for Orphans and Vulnerable Children*) e Nicarágua (*Atención de Crisis e Red de Protección Social*). Conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Comparação dos Programas de Transferência Condicional de Renda							
País	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Honduras	Jamaica	México
Programa	Bolsa Família	<i>Chile Solidario</i>	<i>Familias en Acción</i>	<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	<i>Programa de Asignación Familiar</i>	<i>Program of Advancement through Health and Education</i>	Oportunidades (formalmente <i>PROGRESA</i>)
Ano de início	2003	2002	2001	2003	1998	2001	1997
Status	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo	Ativo
Público-alvo	Famílias pobres e extremamente pobres: - Famílias pobres: renda <i>per capita</i> mensal de R\$60,01 a R\$120,00 - Famílias extremamente pobres: renda <i>per capita</i> mensal até R\$60,00	268.000 de famílias (número estimado de famílias indígenas no país)	Famílias extremamente pobres menores de idade de 0 a 6 não participantes de outros programas (subsídio médico), e/ou menores de idade de 7 a 17 inscritos na escola (subsídio educacional)	Famílias com crianças com idade de 0 a 16 nos 2 mais pobres quintis, e famílias pobres com idosos e/ou membros com deficiência	Famílias pobres com crianças com idade de 6 a 12 que não completaram a 4ª série do ensino fundamental (educação), e famílias pobres com mulheres grávidas e/ou com crianças menores de 3 anos de idade (saúde)	- Crianças com idade de 0 a 19 (ou até estarem formadas no ensino médio) - Pessoas pobres com 60 anos de idade ou mais - Mulheres grávidas ou amamentando até 6 meses após o nascimento da criança - Pessoas com deficiência - Adultos pobres	Famílias extremamente pobres
Cobertura	11,1 milhões de famílias (Junho 2006)	256.000	1,7 milhões de famílias no final de 2007	- 1.060,416 famílias (Janeiro 2006) (aproximadamente 5 milhões de pessoas) - 40% da população	- 240.000 famílias, 17 departamentos, 133 municípios, 1.115 cidades - 15% da população	300.000 pessoas ou 12% do total da população (Setembro 2008); dos quais, 70% são crianças, 11% são deficientes, e 19% são idosos ou são mães grávidas e/ou amamentando	5 milhões de família, aproximadamente 18% do total da população do país
Estrutura do benefício	- Benefício básico (R\$62) para famílias extremamente pobres - Benefício variável (R\$15) por criança (máximo de 3 com menos de 15 anos de idade) tanto para famílias pobres como para famílias extremamente pobres - Benefício variável (R\$30) por adolescente (máximo de 2 com idade de 15 a 17) tanto para famílias pobres como para famílias extremamente pobres	- Diminuição mensal dos benefícios nos primeiros 24 meses: \$21 por mês nos primeiros 6 meses, \$16 por mês para o segundo 6 meses do programa, \$11 por mês para o terceiro 6 meses, e finalmente \$8 para os últimos 6 meses, o valor equivalente a pensão familiar (Subsídio Unitário Familiar) ajustada anualmente pela inflação, este valores são de 2006 - Após os 24 meses, “saída da bolsa” equivalente ao Subsídio Unitário Familiar mensal por 3 anos	- Subsídio educacional: escola primária, Col\$15.000 por mês (aproximadamente \$8) para cada menor frequentando as séries de 2 a 5; no ensino médio, Col\$25.000 a 60.000 por mês (aproximadamente \$14 a 33) por menor frequentando as séries de 6 a 11 - Subsídio médico: Col\$50.000 por mês (aproximadamente \$3.028) por família com membros menores de 7 anos	- \$15 por mês por família - Idosos e deficientes da família: \$11,50 por mês	Em todos os 17 departamentos, segurança alimentar (nutrição) o benefício é de \$113 por família por ano Em 4 departamentos (onde o Banco Inter-americano de Desenvolvimento suporta o <i>Programa de Asignación Familiar</i>), adicionalmente para educação e saúde os benefícios são: - Benefício educação: \$60 por família - Benefício saúde: \$40 por família - Incentivo Nascimento: \$60 por mulher grávida	J\$650 por mês por beneficiário (estabelecido o limite de 20 beneficiários na família). Iniciando em Dezembro de 2008, um novo esquema diferencial dos beneficiários entrou em vigor: meninos recebem 10% mais benefícios do que as meninas em todas as séries; estudantes do fundamental-inferior recebem 50% mais do que o benefício base; estudantes do fundamental-superior recebem 75% mais do que o benefício base; todas as demais categorias recebem o benefício de \$650	- Educação: ensino fundamental - varia conforme a série, de \$12 a \$23 por criança por mês mais \$23 por criança por ano para materiais escolares; fundamental—varia conforme a série e gênero, de \$34 a \$43 por criança por mês mais \$29 por criança por ano para materiais escolares; Médio—varia conforme a série e o gênero de \$57 a \$74 por criança por mês mais \$29 por criança por ano para materiais escolares - Educação: \$336 na conta poupança até completar o ensino médio (série 12) - Saúde: \$17 por família por mês - \$23 por mês por adulto acima de 69 anos de idade que faz parte da família beneficiária
Condicionantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Compilação do autor

3

³ Foram retiradas as experiências dos países: Nicarágua, Quênia e Turquia. Informações estão disponíveis no documento do Banco Mundial - *Conditional Cash Transfers: Reducing present and future poverty*

Dentre os países apresentados o que possui o programa de transferência condicional de renda com cobertura e importância similar ao Programa Bolsa Família é o do México (FISZBEIN & SCHADY, 2009), conforme pode ser observado na tabela abaixo. Dados informados são do ano de 2009:

Tabela 2 - Implementação de Programas “Similares”: Contraste entre México e Brasil

Características do Programa	México	Brasil
<i>Características mais similares</i>		
Tamanho do Programa	5 milhões de famílias 25% da população	11 milhões de família 25% da população
Definição das Condições	Educação: - Taxa de comparecimento na escola de, no mínimo, 85% tanto mensalmente quanto anualmente - Terminar o ensino médio (para conta poupança) Saúde: - Comprometimento de todos os membros da família com o número solicitado de visitas ao centro médico e com o comparecimento da mãe a palestras sobre saúde e nutrição	Educação: - Taxa de comparecimento na escola de, pelo menos, 85% em um período de 3 meses para crianças com idade de 6 a 15 anos Saúde: - Crianças de 0 a 7: vacinação e acompanhamento em um nutricionista - mulheres grávidas: visitas para fazer o pré e pós-natal e comparecer a seminários de saúde e nutrição
<i>Características menos similares</i>		
Sistema usado para atingimento do público-alvo	Alcance geográfico usado para determinar quais áreas rurais participariam inicialmente Representação de teste de meios usado para alcançar as famílias dentro das localidades e nas áreas urbanas Programa em si faz o alcance e o registro do programa	Alcance geográfico usado para definir os locais onde há registro das famílias pobres Teste de meios usado como sistema de alcance das famílias Municípios fazem o alcance e o registro do programa
Avaliação	Explicitamente levada em consideração no <i>design</i> do programa	Nenhum esforço sistemático para integrar a avaliação do programa no <i>design</i>
Característica do beneficiário	Diferenciado por idade, série e gênero	Diferenciado por nível de pobreza
Mecanismo de pagamento	Em dinheiro no pontos de pagamento especificados do programa	Via cartão de débito utilizável em bancos, caixas eletrônicos e casas lotéricas
Condições de execução	Rigoroso, redução de benefícios na primeira rodada de não cumprimento das condições	Sistema de advertência, as famílias que não cumprem as condições são vistas com famílias que precisam de um "cuidado" adicional e solução de problemas

Fonte: *Conditional Cash Transfers: Reducing present and future poverty* (FISZBEIN & SCHADY, 2009, p. 37)

Atualmente, no Brasil, de acordo com o site Portal do Brasil (2017) as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho, passando a ocupar 44% das vagas, em 2016, principalmente nos setores de administração pública e serviços. Ainda na avaliação do portal, isso é devido aos avanços das leis trabalhistas que permitiram que houvesse o crescimento desta mão de obra e, conseqüentemente, a renda gerada a partir do trabalho feminino, que ganha cada vez mais importância no sustento familiar. Deve ser levado em consideração que, mesmo com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, há muito o que avançar com relação à sua participação em cargos de chefia e gerência nas empresas e organizações (Porta Brasil, 2017).

Em relação ao mercado de trabalho no México, atualmente, de acordo com o site *El Economista* (2017), as mulheres participam de 36,6% do emprego formal, em 2016. Nos últimos 10 anos a participação feminina no mercado de trabalho formal tem crescido. No entanto, nem todas as oportunidades de trabalho beneficiam as mulheres devido às leis trabalhistas rigorosas (MARTÍNEZ, 2017).

De acordo com o Plano Diretor da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) (2012, p. 19), “as transformações sociais, econômicas e demográficas experimentadas pelo Brasil requerem resposta da sociedade ao baixo grau de educação financeira da população”. Sendo assim, a ENEF

incorpora a importância crescente da educação financeira no contexto atual do Brasil. Propõe, assim, estabelecer política de Estado, de caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada, por meio de gestão centralizada e execução descentralizada (ENEF, 2012, p. 19)

Ainda segundo o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012), quando habilitando os cidadãos a tomarem decisões mais conscientes, com boas informações, isso pode resultar em uma mudança na composição atual dos produtos e serviços financeiros, com adoção de novos instrumentos e extinção de outros.

Sendo assim, esta política pública é guiada para atingir os objetivos a seguir:

promover e fomentar a cultura de educação financeira do país; ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

As ações contempladas por esta política pública são apenas de interesse público, mesmo sendo se implementadas pela iniciativa privada, que não tenham caráter comercial e que não recomendam determinados produtos ou serviços financeiros. E o conteúdo deverá ser imparcial e técnico, sem cunho ideológico, religioso ou de outra natureza (ENEF, 2012).

Para uma coordenação centralizada, a ENEF propôs uma estrutura de governança que concilia a necessidade de integração de entidades privadas e públicas, que possuem interesse em promover a educação financeira, preservando a independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro para desenvolver suas próprias ações de educação (ENEF, 2012).

A governança da ENEF deve contemplar as seguintes esferas, de acordo com o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação (2012):

- a) **Estratégica:** formada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), responsável pela direção, pelo fomento e pela supervisão da ENEF.
- b) **Consultiva:** formada, inicialmente por GAP (Grupo de Apoio Pedagógico), responsável por orientar pedagogicamente o desenvolvimento de conteúdos.
- c) **Coordenação:** a ENEF será coordenada por entidade de propósito exclusivo, não integrada à estrutura de nenhum dos ministérios, a fim de assegurar o equilíbrio da gestão entre os mercados e segmentos interessados.
- d) **Execução:** feita por meio dos órgãos supervisores e fiscalizadores do sistema financeiro nacional e de parceiros realizadores, privados e públicos, que desenvolvam programas ou ações de Educação Financeira para integrar a ENEF.

A esfera estratégica, formada pelo CONEF, é, segundo o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012), integrado por: presidente do Banco Central do Brasil (BCB); presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); diretor superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC); secretário-executivo do Ministério da Fazenda e secretário-executivo do Ministério da Justiça (MJ).

É estabelecido como competência do CONEF, conforme apontado no Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012, p.118):

regular a ENEF, podendo contemplar programas, planos e ações; estabelecer diretrizes e objetivos para planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF; constituir grupos de trabalho, com atividades especializadas, para dar suporte técnico; e aprovar seu regimento interno.

A atuação da ENEF se mostra iminente no segmento do público adultos, devido a este ser o público que trabalha, que lida com o dinheiro, consome, poupa e investe. E, para ter uma estratégia destinado para este segmento deve ser levado em consideração os fatores como dimensão territorial brasileiro, dificuldades de acesso a informações por parte de grande parcela da população, diversidade cultural, grau de escolaridade, faixa etária, nicho de atuação, diferenças de interesse, entre outros (ENEF, 2012).

Ficou estabelecido, segundo o Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012, p. 111), alguns públicos-alvo, temas e ações que podem ser objetos de programa para o segmento adulto, a saber:

- a) **Públicos-alvo:** militares, servidores públicos, trabalhadores formais e informais, profissionais liberais, estudantes universitários, donas de casa, desempregados, aposentados, trabalhadores rurais, beneficiários de programas sociais, brasileiros residentes no exterior, outros.
- b) **Temas:** inclusão financeira, proteção ao consumidor, finanças pessoais noções Economia noções do sistema financeiro nacional, crédito e microcrédito, consumo consciente, previdência, preparação para aposentadoria, investimentos, seguros, capitalização, outros.
- c) **Ações:** portal, palestras, publicações e cartilhas, seminários, encontro regionais, concursos, centrais de atendimento, campanhas publicitárias, cursos, programas de televisão, programas de rádio, feiras, espaços culturais, visitas programadas, outras.

Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-Brasil, é uma OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, criada em 2012 pelo Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF, para apoiar a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, decreto N° 7.397⁴, de 22 de dezembro de 2010.

O Programa de Educação Financeira para Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), coordenado pela AEF-Brasil, foi criado pelo CONEF, e teve seu desenvolvimento e sua testagem entre 2013 e 2016, tendo como patrocinadores o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Citibank Foundation, além de contar com a parceria por meio de convênio junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria da Previdência Social (antigo Ministério da Previdência Social), culminando no desenvolvimento, junto ao público beneficiário, de Tecnologias Sociais na temática de educação financeira.

A fase de aprofundamento e cocriação, com início em 2014, teve duração de 12 meses. Foi possível, nesse período, obter conhecimentos sobre os públicos-alvo que resultaram na definição das *personas* e estas serviram de base para desenvolvimento das Tecnologias Sociais.

Durante a fase de desenvolvimento das Tecnologias Sociais, realizada em 2015, foram desenvolvidos protótipos dos materiais com base no conhecimento obtido na fase anterior. O protótipo foi aplicado em 2015 em 1.630 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Por meio dos resultados obtidos foi possível, no início do ano de 2016, realizar ajustes e sistematizar os produtos que resultaram na versão final da Tecnologia Social a ser utilizada no projeto-piloto nos anos de 2016 e 2017.

⁴ Decreto n° 7.397, de 22 de dezembro de 2010 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm> Acesso em: 06/10/2017

3 Aspectos Metodológicos

3.1 Objeto

Um dos segmentos de baixa renda mais vulneráveis do Brasil, são as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, (PBF), pois a ausência do processo de tomada de decisões financeiras conscientes leva a um planejamento orçamentário deficiente, baixos níveis de poupança e superendividamento.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, da ONU, promovem alinhamento multisetorial para acabar com a pobreza, alcançar igualdade de gênero, assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, dentre outros.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral do projeto piloto

Desenvolver competências e habilidades para que as mulheres possam gerenciar com eficiência o orçamento familiar, a fim de realizar objetivos, promovendo autonomia financeira por meio de mudança no comportamento e atitude, envolvendo a tomada de decisão individual e impactando o entorno familiar.

3.2.2 Objetivos Específicos do projeto piloto

1) Imergir no contexto das beneficiárias para compreendê-las e conhecer seus hábitos financeiros, definindo *personas* que balizem as criações das tecnologias; 2) Desenvolver tecnologias sociais aderentes às beneficiárias, a partir dos conhecimentos adquiridos, testando-as em três rodadas para refinamento de protótipos; 3) Sistematizar a tecnologia social ao fim das testagens, levando-se em conta os critérios de adequação ao público, viabilidade financeira e escalabilidade; 4) Realizar projeto Piloto e Avaliação de Impacto com as tecnologias sistematizadas, aplicando-as em um grupo de tratamento e comparando dados com um grupo de controle (que não teve acesso às tecnologias); 5) Disseminar as tecnologias sociais para programas e políticas já existentes, disponibilizando-as em ambiente web e articulação de parcerias.

4 Metodologia em campo

Por se tratar de população adulta, heterogênea e não institucionalizada, há grande desafio fazer a tecnologia social de educação financeira chegar até as mulheres e ser incorporada em suas vidas. Devemos considerar que o processo de aprendizagem de adultos é diferente do de jovens e de que há também diferenças regionais. O fato das beneficiárias não frequentarem uma instituição e terem rotina voltada para resolver urgências da família e/ou trabalhar, torna-se um desafio reunir essas mulheres e criar um processo educacional de forma sistemática.

Foi utilizado o método hipotético-dedutivo que, segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 99 apud Bunge, 1974, p. 70-2), é composto das seguintes etapas:

a) **Colocação do problema:**

Reconhecimento dos fatos – exame, classificação preliminar e seleção dos fatos que, com maior probabilidade, são relevantes no que respeita algum aspecto;

Descoberta do problema – encontro de lacuna ou incoerência no saber existente;

Formulação do problema – colocação de uma questão que tenha alguma probabilidade de ser correta; em outras palavras, redução do problema a um núcleo significativo, com probabilidades de ser solucionado e de apresentar-se frutífero, com o auxílio do conhecimento disponível.

b) **Construção de um modelo teórico:**

Seleção dos fatores pertinentes – invenção de suposições plausíveis que se relacionem a variáveis supostamente pertinentes;

Invenção das hipóteses centrais e das suposições auxiliares – proposta de um conjunto de suposições que sejam concernentes a supostos nexos entre as variáveis (por exemplo, enunciado de leis que se espera possam amoldar-se aos fatos ou fenômenos observados).

c) **Dedução de consequências particulares:**

Procura de suportes racionais – dedução de consequências particulares que, no mesmo campo, ou campos contíguos, possam ter sido verificadas;

Procura de suporte empíricos – tendo em vista as verificações disponíveis ou concebíveis, elaboração de predições ou retrodições, tendo por base o modelo teórico e dados empíricos.

d) **Teste das hipóteses:**

Esboço da prova – planejamento dos meios para pôr à prova as predições e retrodições; determinação tanto das observações, medições, experimentos quanto das demais operações instrumentais;

Execução da prova - realização das operações planejadas e nova coleta de dados;

Elaboração dos dados – procedimentos de classificação, análise, redução e outros, referentes aos dados empíricos coletados;

Inferência da conclusão – à luz do modelo teórico, interpretação dos dados já elaborados.

e) **Adição ou introdução das conclusões na teoria:**

Comparação das conclusões com as predições e retrodições – contraste dos resultados da prova com as consequências deduzidas do modelo teórico, precisando o grau em que este pode, agora, ser considerado confirmado ou não (inferência provável);

Reajuste do modelo – caso necessário, eventual correção ou reajuste do modelo;

Sugestões para trabalhos posteriores – caso o modelo não tenha sido confirmado, procura dos erros na teoria ou nos procedimentos empíricos; caso contrário - confirmação -, exame de possíveis extensões ou desdobramentos, inclusive em outras áreas do saber.

Para a pesquisa em campo foi utilizado o tipo quantitativo-descritivo que, de acordo com Marconi & Lakatos (2003, p. 187 apud Tripodi et al, 1975, p. 42-71),

consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles entregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.

No primeiro momento foi utilizado o estudo de descrição de população que, conforme apresentado por Marconi & Lakatos (2003, p. 187 apud Tripodi et al, 1975, p. 42-71),

são os estudos quantitativos-descritivos que possuem, como função primordial, a exata descrição de certas características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas. Geralmente contêm um grande número de variáveis e utilizam técnicas de amostragem para que apresentem caráter representativo. Quando pesquisam aspectos qualitativos como atitudes e opiniões, empregam escalas que permitem a quantificação.

Por meio dos dados coletados na pesquisa de campo foi possível a construção do conjunto de 20 tecnologias sociais que contaram com a participação de beneficiárias em diferentes regiões do país, buscando a melhor compreensão da realidade da família e do entorno

para desenvolver soluções que respondam às realidades únicas da população-alvo, através de metodologias que atendam às suas necessidades e podem ser facilmente incorporadas no cotidiano.

O conjunto de 20 tecnologias é composto de: 1) **guia do instrutor** (guia com explicação geral sobre o funcionamento do programa e como aplicar as oficinas de educação financeira às beneficiárias. Este guia somente é entregue aos instrutores); 2) **guia dos cofrinhos** (guia que explica sobre a oficina que aborda sobre os cofrinhos e a trilha do dinheiro e como aplicar esta oficina. Este guia somente é entregue aos instrutores); 3) **trilha do dinheiro** (explica de forma lúdica a trajetória do dinheiro e em como identificar formas simples e reais de criar reservas a partir do troco. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 4) **envelope especial tipo G – tipo saco 24x34cm** (utilizado para colocar os cofrinhos dentro. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 5) **cofrinho objetivos da família** (cofrinho tamanho grande que serve para a família inteira economizar tendo em vista a realização dos objetivos da família. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 6) **cofrinho ajuda da família** (cofrinho tamanho pequeno que serve para guardar o dinheiro que poderá ser usado para completar o pagamento das contas do mês. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 7) **cofrinho emergências** (cofrinho tamanho médio que serve para guardar o dinheiro que poderá ser usado em emergências e poderá ser aberto em caso de imprevistos. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 8) **guia da agenda** (guia que explica sobre como aplicar a oficina que trata sobre a agenda da família. Este guia somente é entregue aos instrutores); 9) **calculadora** (este material somente é entregue aos instrutores); 10) **lápiz com borracha** (este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 11) **guia da carteira** (guia que explica sobre como aplicar a oficina que trata sobre carteira da família e sobre o cartaz da dona Joana. Este guia somente é entregue aos instrutores); 12) **cartaz dona Joana (5 cartazes)** (cartazes que contam a história da dona Joana e seu dinheiro tratando sobre dívidas e tipos de empréstimos, tipos de pagamentos, cartão de crédito e comprometimento da renda. Este material somente é entregue aos instrutores); 13) **agenda 24x12,5cm** (utilizada para o preenchimento dos gastos mensais, cálculos de entrada, saída e saldo para visualizar a fotografia financeira e definição de metas para redução de gastos, aumento de renda, controle do dinheiro ou criação de reservas. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 14) **carteira** (para guardar as cadernetas. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 15) **caderneta “de onde meu dinheiro vem”** (para anotações diárias para dos valores recebidos. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores); 16) **caderneta “para onde meu dinheiro vai”** (para anotações diárias para dos valores gastos. Este material é entregue às beneficiárias e aos instrutores).

Dada a complexidade, optou-se por adotar no projeto uma combinação das seguintes áreas de conhecimento:

Design de serviços: É o processo interdisciplinar de desenhar além do seu resultado, que combina diferentes métodos e ferramentas de várias disciplinas. Sendo que o resultado pode ter várias formas, a saber: estruturas organizacionais abstratas, processos operacionais, experiências com serviços e até objetos físicos concretos (STICKDORN & SCHNEIDER, 2011). Ainda na explicação de Stickdorn & Schneider (2011), o *design* de serviços é um campo focado na criação bem pensada de experiências usando uma combinação de meios tangíveis e intangíveis, o que gera vários benefícios ao consumidor final quando aplicado em setores como varejo, bancário, transporte e saúde.

Ciências comportamentais: Na visão de Skinner, as pessoas tendem a se comportar de maneira que obtenham recompensas e evitem punições (MOREIRA, 1999). Ou seja, a aprendizagem humana acontece através de estímulos e respostas ou por métodos significativos que auxiliam na construção de habilidades e conhecimentos, do indivíduo e da comunidade no geral

(ARAÚJO, 2009). Segundo Skinner (1974), há sete tipos de comportamento, a saber: comportamento usual; comportamento provável; comportamento perceptivo; comportamento passado; comportamento encoberto; comportamento futuro e traduções múltiplas. A educação financeira trabalha com a ciência comportamental por acreditar que a mudança de hábitos auxilia em melhores tomadas de decisão.

Administração pública: Gianetti (1993) considera que os princípios da ética, como fator de coesão social e insumo do processo econômico, são essenciais tanto para a consolidação de regras como para o bom funcionamento do mercado. Ainda acredita que há relação entre ética, comportamento individual e eficiência econômica.

Teoria U: Segundo Scharmer (2009) os objetivos da teoria U podem ser apresentados como cinco movimentos, a saber: co-criar (conectar-se com pessoas e contextos relacionados ao que a vida o convoca a fazer); co-sentir ((ir à lugares de maior potencial e observar); co-presencing (ir à um local quieto e conectar-se consigo mesmo); cocriação (construir planejamentos para explorar o futuro) e codesenvolvimento (codesenvolver um ecossistema maior e manter o espaço que liga as pessoas por meio de fronteiras do ver e agir a partir do todo). Scharmer (2009) ainda apresenta três métodos para atingir esses objetivos: fenomenologia (consciência individual), diálogo (campos de conversa) e pesquisa-ação colaborativa (ratificação de modelos institucionais e estruturas) que abordam a mesma questão: a constituição mesclada do conhecimento, da realidade e do eu.

O projeto foi estruturado junto às beneficiárias por 5 ciclos que possibilitaram a compreensão do contexto das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, a definição e testagem dos protótipos da tecnologia social desenvolvida com as mulheres e para as mulheres, a sistematização das tecnologias sociais o que gerou no kit final, a aplicação da tecnologia social final em oficinas de educação financeira para os técnicos dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) junto com a avaliação de impacto para verificar se o programa gerou impacto positivo na vida das beneficiárias e, finalmente, a disseminação das tecnologias sociais desenvolvidas às demais mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que estão distribuídas pelo território brasileiro. Os detalhes de cada ciclo serem abordados a seguir:

Ciclo 1 - Aprofundamento sobre as beneficiárias do PBF: imersão no contexto das mulheres beneficiárias e das pesquisas e documentos do Programa Bolsa Família, para entender o funcionamento do programa e padrões de comportamento financeiro das beneficiárias. Foram 4 meses de pesquisa de campo (novembro de 2013 a fevereiro de 2014) e contou com a participação de 80 mulheres em 15 municípios, nas regiões N, NE e SE, zonas urbanas e rural, além de comunidades ribeirinhas resultando em 4 diferentes “*personas*” que inspiraram a produção das tecnologias sociais, a saber: sonhadora (possui baixa responsabilidade sobre o uso do dinheiro devido ao impulso ao consumo, sendo o desafio encontrado o de encoraja-las a fazer escolhas financeiras mais maduras e conscientes e dar instrumentos para isso); visionária (gera patrimônio e renda e geri riscos e investimentos, sendo o desafio encontrado o de apoiá-las na ampliação e proteção de seu patrimônio e o de estimular o seu papel multiplicador); sobrevivente (possui otimização de recursos limitados, sendo o desafio encontrado o de potencializar o talento de gestão de recursos escassos para as empoderar) e guerreira (possui foco nas escolhas a curto prazo, sendo o desafio encontrado o desenvolver uma visão de riscos e orientação para que elas se planejem a médio e longo prazo).

Ciclo 2 -Desenvolvimento da tecnologia social (Protótipos): com base nos achados do Ciclo 1, foram geradas ideias de caminhos para contribuir para a redução e prevenção do superendividamento. Com base em critérios de viabilidade de aplicação e disseminação, foram escolhidas ideias que se tornaram protótipos - isto é, amostras iniciais que podem vir a ser uma tecnologia social, trazendo demonstração do conteúdo, linguagem, formato. Durante este Ciclo, ocorrem 3 rodadas de prototipagem e em cada uma os protótipos foram refinados, excluídos ou

incorporados, até que se chegasse a versão final. Participaram 1.774 mulheres em 27 municípios, com o intuito de propiciar evidências sobre os elementos que melhor se adequassem e devessem constar numa tecnologia social, para a posterior serem disseminados em escala nacional.

Ciclo 3 - Sistematização da tecnologia social: ao fim das rodadas de teste, a tecnologia social resultante foi sistematizada e está disponível em formatos que facilitem disseminação e adoção por organizações governamentais ou ONGs. Todos os materiais serão disponibilizados em um site que manterá, de forma gratuita e pública, as tecnologias sociais bem como as formas de sua utilização.

Ciclo 4 -Projeto Piloto e Avaliação de Impacto: para que a reaplicação e incorporação da tecnologia social à programas e políticas já existentes ocorra de forma mais fundamentada, foi realizado piloto envolvendo 2.024 mulheres em 9 municípios. A tecnologia foi aplicada por agentes locais, em seguida foram formados grupos de tratamento e controle, que passaram por primeira avaliação que coletou dados sobre o nível de conhecimento de temas relacionados à educação financeira e sobre comportamentos financeiros específicos – endividamento. Após 6 meses nova avaliação foi conduzida buscando diferenças entre o grupo Controle e Tratamento.

Ciclo 5 -Disseminação: onde pretendemos formatar as Tecnologia Sociais para organizações de base que atendem ao público-alvo e capacitar formadores para disseminação em territórios vulneráveis, promovendo a sustentabilidade do projeto.

5 Resultados

A metodologia escolhida foi avaliação experimental de impacto social, reconhecida como a melhor forma de identificar o verdadeiro efeito de um programa e, portanto, a mais recomendada para programas em que o objetivo é que se tornem políticas públicas e de larga escala para que haja uma maior segurança de que o volume de recursos investido levará o retorno social desejado.

Segundo o *Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil* (2017, p. 17),

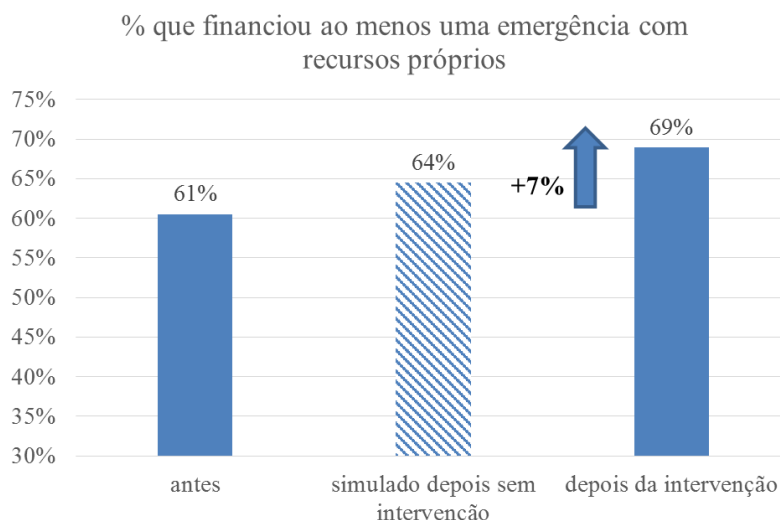
as metodologias de avaliação de impacto de programas sociais são baseadas em fundamentos teóricos de experimentos clínicos, em que se comparam dois grupos: um que recebe a intervenção (ou o grupo de tratamento) e um que não a recebe (grupo de controle ou de comparação). Nas ciências biológicas esses grupos são tradicionalmente compostos de forma aleatorizada, ou seja, os participantes participam de um sorteio em que todos têm a mesma probabilidade de receber a intervenção, independentemente de suas características individuais. Dessa maneira, com um tamanho mínimo de participantes, os dois grupos devem ter características médias iniciais iguais (ou muito próximas) e as diferenças simples entre os grupos, observadas ao final da intervenção, podem ser atribuídas ao tratamento com grande segurança.

A avaliação de cada modalidade do programa foi realizada de forma independente. Cada uma foi composta por grupo de intervenção (pessoas sorteadas) e grupo controle (sorteadas para não participarem), totalizando 2.024 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Cerca de 60% de cada grupo foi sorteado para participar das oficinas e o impacto do programa foi verificado a partir da diferença entre a evolução do grupo de intervenção e a do grupo controle entre dois questionários aplicados juntamente às inscrições e cerca de 4 meses após a conclusão das oficinas.

O impacto gerado pelas oficinas foi comprovado através de indicadores apresentados a seguir. O resultado é obtido através de um questionário que é aplicado antes e após a intervenção:

Gráfico 1 - percentual de mulheres que conseguem financiar ao menos uma emergência

Foi perguntado às beneficiárias do BF, como elas financiaram as últimas emergências que tiveram nos últimos 3 meses (de referência)

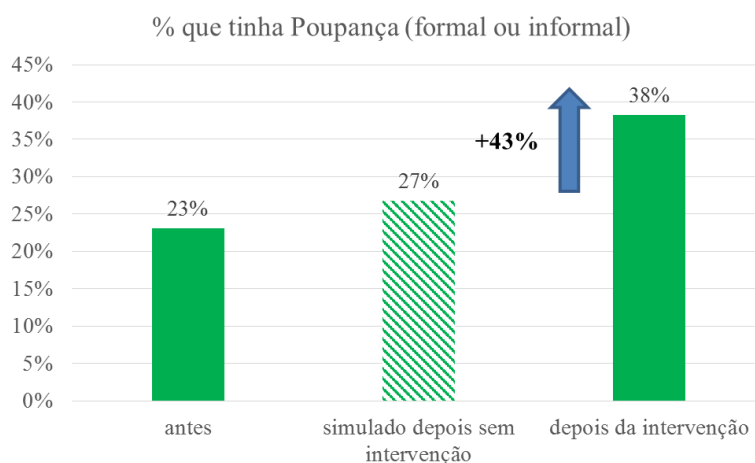


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

Por meio das oficinas de educação financeira ministradas às beneficiárias foi possível instruí-las a guardarem parte da renda que possuem para utiliza-lo somente em caso de emergência. Após o período de três meses desta instrução foi perguntado se elas financiaram ao menos uma emergência com recursos próprios. O resultado foi, após a intervenção, o aumento de 7% das mulheres que conseguiram financiar ao menos uma emergência com recursos próprios.

Gráfico 2 - aumento da poupança ou da reserva de dinheiro

Foi perguntado às beneficiárias do BF se elas **tinham poupança** ou reserva de dinheiro (Sim ou Não)

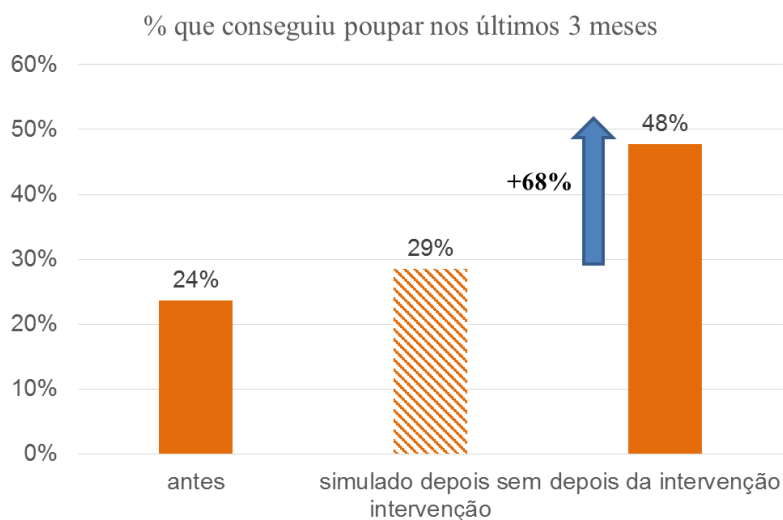


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

É possível verificar que, após a intervenção, houve o acréscimo de 43% de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que iniciaram o hábito da criação de uma poupança, seja ela formal ou informal.

Gráfico 3 - aumento da poupança ou da reserva de dinheiro

Foi perguntado às beneficiárias do BF se elas **conseguiram poupar** nos últimos 3 meses (em Reais)

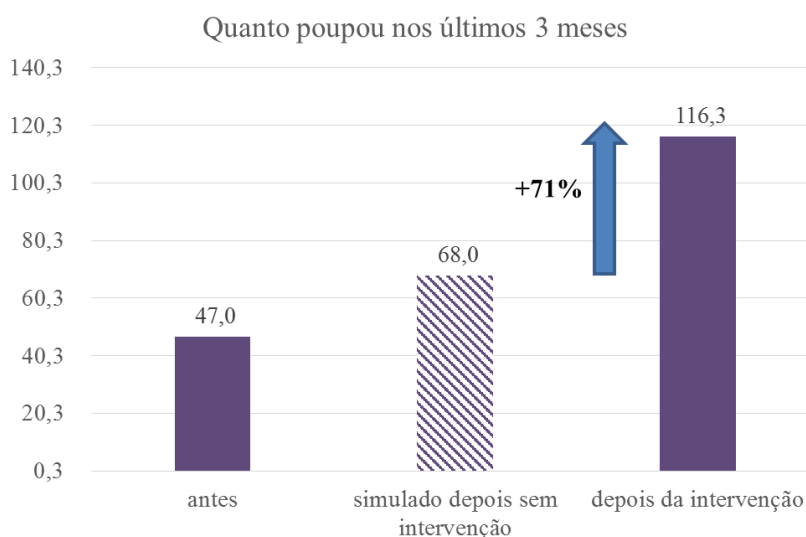


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

Ampliou em 68% o número de beneficiárias, que participaram das oficinas de educação financeira, que nos últimos três meses conseguiram poupar.

Gráfico 4 - aumento da poupança ou da reserva de dinheiro

Foi perguntado às beneficiárias do BF **quanto elas conseguiram poupar** nos últimos 3 meses (em Reais)

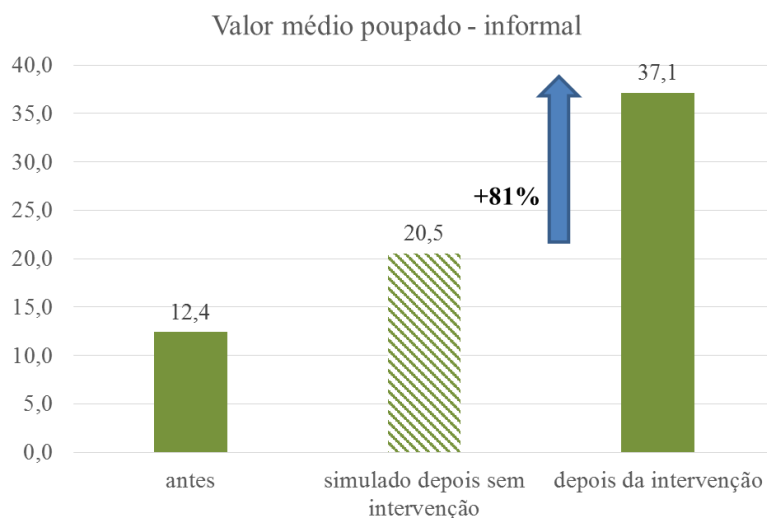


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

Com relação a valores monetários, é perceptível que as beneficiárias que antes pouparam em média R\$ 47,00, a cada três meses, após a intervenção conseguiram economizar em média R\$ 116,30. Ou seja, agora as mulheres conseguem economizar 71% a mais trimestralmente do que antes.

Gráfico 5 - aumento da poupança informal

Foi perguntado às beneficiárias do BF quanto elas tinham de **reserva de dinheiro em casa** (cofrinho) (Sim ou Não)

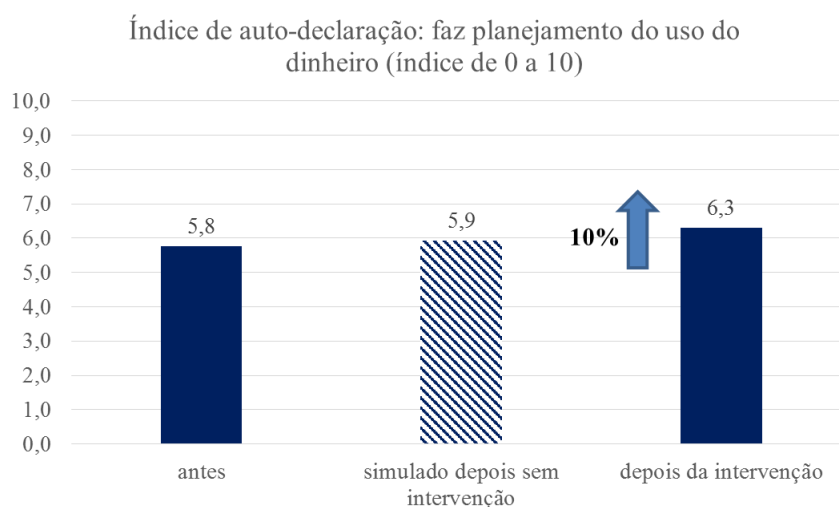


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

Verificando períodos menores, as mulheres antes da intervenção economizavam em média R\$ 12,40 por mês e após a intervenção esse valor cresceu 81%, ou seja, a economia subiu para R\$ 37,10 por mês.

Gráfico 6 - melhora no planejamento do orçamento

Foi perguntado às beneficiárias do BF: 1) quanto elas conhecem suas receitas e; 2) quanto controlam suas despesas - autodeclaratório (Índice de 0 a 10 pontos)

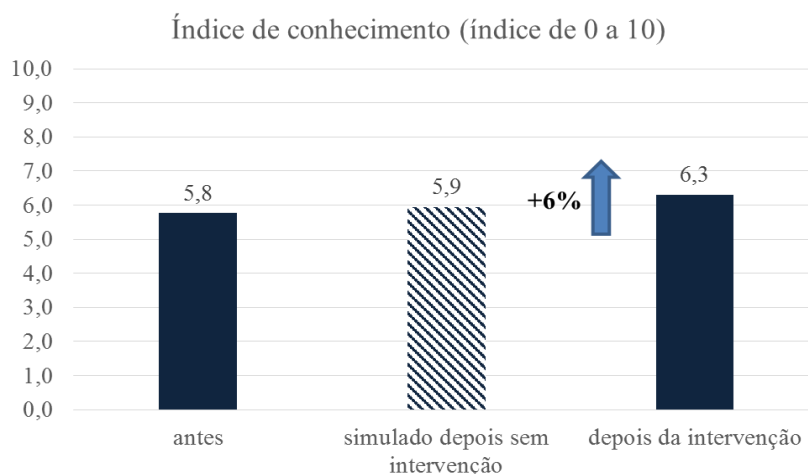


Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

Após a intervenção, o conhecimento autodeclarado que as beneficiárias tinham sobre suas receitas e sobre o controle de suas despesas aumentou em 10%.

Gráfico 7 - ganho de conhecimento sobre planejamento do financeiro

Foram feitas questões para mensurar o conhecimento a respeito do conteúdo oferecido (Índice de 0 a 4 pontos)



Fonte: Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil (2017)

A partir de questões feitas para mensurar o conhecimento sobre o conteúdo ministrado nas oficinas (tais como controle de dívidas e criação de reservas), foi possível verificar que houve um aumento de 6% com relação as mulheres com e sem a intervenção.

A partir das Tecnologias Sociais desenvolvidas e entregues ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Ministério da Fazenda (Secretaria da Previdência Social), espera-se que o tema educação financeira seja disseminado em formato de política pública, estruturado

em âmbito de Estado. Para que as tecnologias entregues sejam efetivas em sua utilização, diversas ações estratégicas comporão um portfólio que estrutura os resultados do Programa.

6 Conclusões

A partir dos dados demonstrados neste estudo, consideramos que é fundamental criar políticas públicas voltadas para as mulheres beneficiárias do PBF, porém, construídas de forma conjunta. Ou seja, para elas e com elas. As tecnologias sociais precisam ser desenvolvidas de forma que atendam às necessidades enfrentadas cotidianamente e, por este motivo, o público final precisa fazer e se sentir parte do processo.

Um ponto importante para a construção e execução do Programa é a participação da governança, representada pelo CONEF, que apoiam em todas as etapas do desenvolvimento para que seja atingido o resultado final.

A dificuldade encontrada de maior relevância foi a de localizar as beneficiárias do PBF, tanto pela extensão territorial do País como pela concentração em lugares diversos (tais como igrejas, associações de classe, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, CCI – Centro de Convivência do Idoso, entre outros), diferente de alunos que podem ser identificados em escolas.

A temática sobre a educação financeira é um assunto que não é facilmente tratado, principalmente na fase adulta. Geralmente, têm-se como premissa ser um objeto de difícil entendimento e com maior exigência e organização para atingimento das metas. No entanto, o programa desenvolvido quebra paradigmas e mostra a possibilidade de entender, de forma fácil e simples, como fazer o controle de receitas e despesas e, principalmente, atingir os objetivos de vida.

Há grande distância entre o que as mulheres consideram importante e seu comportamento diário. Reconhecem a relevância de guardar dinheiro para imprevistos, mas urgências diárias as consomem e a formação de reservas não ocorre.

Distância entre conhecimento e comportamento varia com a situação de vida. As que conseguem reconhecer e verbalizar seus sonhos têm maior motivação para gestão e planejamento de seus recursos, em relação àquelas que acreditam que sua vida não tem futuro. O quanto a mulher está em movimento e buscando seus objetivos, influencia sua relação com dinheiro.

Quanto mais inerte, mais dificuldade de se empoderar para tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis, dado que a falta de instrução e informação decorre em dificuldades de organização de plano de vida.

Pelo fato dessas mulheres terem questões imediatas a serem resolvidas e baixa escolaridade, é importante abordar a educação financeira de forma lúdica, com situações concretas. Para que o conhecimento traduza em ação é preciso oferecer instrumentos intuitivos, de uso simples, que possam ser facilmente aplicados no dia a dia.

Quanto maior envolvimento das famílias nos objetivos financeiros mais fácil se torna o controle de recursos e gastos.

Embora muitas tenham conta poupança, a maioria não se considera usuária de serviços financeiros e possui dificuldade em entender conceitos, procedimentos e direitos.

Um dos principais pontos para a gestão do orçamento familiar é apoiar as mulheres do Programa Bolsa Família a criarem reservas. Isso evitaria que recorressem a formas mais caras de obter dinheiro. Ademais, uma reserva ajuda a mulher tirar de foco apenas o curto prazo e se concentrar em planejar mais.

Por meio das oficinas de educação financeira ministradas às beneficiárias foi possível instruí-las a guardarem parte da renda para utilizá-la somente em caso de emergência. Após o período de três meses desta instrução foi perguntado se elas financiaram ao menos uma

emergência com recursos próprios. O resultado foi, após a intervenção, o aumento de 7% das mulheres que conseguiram financiar ao menos uma emergência com recursos próprios. O que significa que houve o aprendizado com relação a fazer reservas financeiras que auxiliam no pagamento de despesas inesperadas.

Foi possível verificar que, após a intervenção, houve o acréscimo de 43% de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que iniciaram o hábito da criação de uma poupança, seja ela formal ou informal. Hábito que as guiará a concretizarem suas metas de curto, médio e longo prazos.

Ampliou em 68% o número de beneficiárias que participaram das oficinas de educação financeira, que nos últimos três meses conseguiram poupar. Significando que o conteúdo ministrado as beneficiárias causou mudança significativa nos pensamentos e hábitos nos quais elas estavam inseridas.

Com relação a valores monetários, é perceptível que as beneficiárias que antes poupavam em média R\$ 47,00, após a intervenção conseguiram economizar em média R\$ 116,30. Ou seja, agora as mulheres conseguem economizar 71% a mais do que antes. Verificando períodos menores, as mulheres, antes da intervenção economizavam em média R\$ 12,40 por mês e, após a intervenção, esse valor cresceu 81%, ou seja, a economia subiu para R\$ 37,10 por mês. Novamente, esses resultados refletem os impactos causando por meio da aquisição dos conhecimentos sobre a educação financeira e sobre o gerenciamento da renda.

Após a intervenção, o conhecimento autodeclarado que as beneficiárias tinham sobre suas receitas e sobre o controle de suas despesas aumentou em 10%.

A partir de questões feitas para mensurar o conhecimento sobre o conteúdo ministrado nas oficinas (tais como controle de dívidas e criação de reservas), foi possível verificar que houve um aumento de 6% com relação às mulheres com e sem a intervenção.

Como contribuição para as próximas pesquisas, sugere-se que, após o entendimento de controlar receitas e despesas e a criação de reservas, seja apresentado formas de como potencializar os ganhos obtidos e o empreendedorismo.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, E. M. **Design Instrucional de uma Disciplina de Pós-Graduação em Engenharia de Produção: uma proposta baseada em estratégias de aprendizagem colaborativa em ambiente virtual**. São Carlos: 2009

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., & MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. RBCS Vol. 15 nº 42, 2000, p. 123.

CVces, I. E. **As Empresas Frente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016

ENEF. **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. São Paulo: 2012

FISZBEIN, A., & SCHADY, N. **Conditional Cash Transfers: Reducing present and future poverty**. Washington DC: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2009

FORTE, C. M. J. **Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006

GIANNETTI, E. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das letras, 1993

MARCONI, M. d., & LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003

MARTÍNEZ, M. D. **Mujeres apenas 366 empleo formal mexico.** Acesso em 20 de setembro de 2017, disponível em El Economista: <http://eleconomista.com.mx/industrias/2017/01/19/mujeres-apenas-366-empleo-formal-mexico>

MDS. **Bolsa Família.** Acesso em 18 de setembro de 2017, disponível em Site do Ministério do Desenvolvimento Social: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

METAS - AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Relatório da Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda da AEF-Brasil.** São Paulo, 2016

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. (E.P.U.), 1999

Porta Brasil. **Mulheres ganham espaço no mercado de trabalho.** Acesso em 20 de setembro de 2017, disponível em Porta Brasil: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>

SCHARMER, C. O. **Teoria U: Como liderar pela percepção e realização do futuro emergente.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2009

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo.** São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1974

STICKDORN, M., & SCHNEIDER, J. ***This is service design.*** Amsterdam: BIS Publishers, 2011